



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO

ASSUNTO: DECISÃO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020.

Vem à deliberação superior, devidamente informado, os autos do processo licitatório em referência, com o **recurso administrativo** interposto **tempestivamente** pela empresa recorrente **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento do certame licitatório.

Notou-se que depois da r. decisão proferida pelo Pregoeiro na ata da sessão pública de processamento da licitação em referência, na qual foi declarada vencedora a empresa **SINCO SINALIZACAO E CONSTRUCOES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** nos **lotes 01 e 02** e a empresa **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI** no **lote 03**, manifestou-se o representante presente da empresa **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI** sua intenção de apresentar recurso, abrindo-se então o **prazo de 3 (três) dias** para apresentação de suas razões recursais, ficando as demais empresas licitantes participantes intimadas para apresentarem as contrarrazões, em igual número de dias, a contar do término do prazo do recorrente.

Dentro do prazo estabelecido, verificou-se a insurgência do **recurso administrativo** interposto pela empresa recorrente **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI**, devidamente protocolado sob nº **2882/2020** às **14h:06m:07s**, do dia **11/03/2020**.

Por sua vez, dentro do prazo estabelecido manifestou-se apresentando suas **contrarrazões de recurso**, a empresa licitante: **SINCO SINALIZACAO E CONSTRUCOES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, devidamente protocolada sob nº **3098/2020** às **13h:29m:46s**, do dia **17/03/2020**.

Refletindo sobre o embasamento legal da r. decisão recorrida, em relação aos critérios e requisitos estabelecidos no **Edital nº 10/2020** da licitação modalidade **Pregão Presencial nº 08/2020**, nas razões de recurso apresentada pela empresa recorrente e nas contrarrazões de recurso apresentada pela empresa impugnante, bem como, amparado no **parecer** emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, a qual assim se manifestou:

I – DOS FATOS

1. Trata o presente de consulta elaborada pelo senhor Presidente da Comissão de Licitação, onde o mesmo requer a elaboração de parecer jurídico relativo ao provimento ou não do Recurso Administrativo, apresentada pela empresa **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI**, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro, no tocante a inabilitação por não ter cumprido a exigência do item 6.4.1 – qualificação Técnica do edital da licitação modalidade tomada de Preço n. 08/2020.

2. Passo a opinar.

II – DO PARECER

3. A empresa protocolou o presente recurso administrativo, tempestivamente, solicitando que seja reconsiderada a decisão do Pregoeiro, bem como determinada sua habilitação no Pregão presencial n. 70/2019. Alegando em síntese que não apresentou a documentação pois tal documento não existe, nenhum laboratório afiliado pela ABIPTI iria emitir relatório de ensaio sem algum parâmetro a ser seguido, sendo que, no edital não consta qual ABNT deveria ser seguida para emissão do laboratório. Afirma ainda, que a empresa atende todos os requisitos de qualidade exigidos no Edital. A empresa **SINCO – SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**, apresentou contrarrazões e afirmou que todas as informações para a emissão do laudo estavam no edital, motivo pelo qual o recurso deve ser improcedente.

4. No presente caso, o Pregoeiro inabilitou a empresa recorrente com seu brilhantismo habitual, não assistindo razão a recorrente em suas alegações, vejamos:

O edital exige o seguinte:

6.1.4. – Qualificação Técnica

6.1.4.1 – Atendendo a exigência do Departamento Municipal de Transito e Transporte da Prefeitura, serão necessários à apresentação dos requisitos solicitados no **item 02. Documentação Técnica** descrita no **Anexo IX – Termo de Referência** deste edital, **apenas** para as empresas que ofertarem proposta para o **Lote 01**.

6.1.4.2 - Atendendo a exigência do Departamento Municipal de Transito e Transporte da Prefeitura, serão necessários à apresentação dos requisitos solicitados no **item 02. Documentação Técnica** descrita no **Anexo IX – Termo de Referência** deste edital, **apenas** para as empresas que ofertarem proposta para o **Lote 02**.

O processo administrativo licitatório é regido pela Lei 8.666/93, que prevê em seu artigo 3º:

Art. 3 – A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO GABINETE DO PREFEITO

legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes aos correlatos. (grifo nosso)

5. Como todo ato administrativo, a licitação é um procedimento formal. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

6. Portanto, no instante em que a Administração exigiu no edital que as empresas licitantes apresentassem o **Certificado de Análise Qualitativa e Quantitativa**, ou seja, tal laudo tem um condão de comprovar que o produto atende as exigências da Administração. A formalização obrigatória eleva a licitação ao patamar de processo administrativo. A lei de licitações conferiu ao edital de um procedimento licitatório o status de lei. Sendo assim, o edital de licitação tem força de lei e vincula os atos e contratos, devendo o mesmo ser respeitado.

7. Sob este contexto, afirma-se que a Administração Pública, deve tratar todas as pessoas sujeitas as suas jurisdições com igualdade. Isto é, sempre que a Administração pretender praticar ato que gere benefício a alguém, todos os interessados no referido benefício devem e têm o direito de ser tratados com igualdade por ele. Seguindo esta linha de raciocínio, a licitação decorre do direito das pessoas de serem tratadas com igualdade pela Administração. Por conseguinte, para tratar todos com igualdade, a Administração deve realizar procedimento que seja equânime, transparente, dando oportunidade para que todos os interessados disputem o contrato que ela irá firmar da mesma maneira. No caso em tela, no momento da licitação a empresa recorrente não apresentou a documentação do item 6.1.4 – qualificação técnica. Em contrapartida os demais licitantes apresentaram a documentação solicitada no edital conforme os anexos do mesmo.

8. Sendo assim, temos que, o edital, conforme contrarrazões, contém todas as informações necessárias para a emissão do laudo para comprovação técnica, solicitado no item 6.1.4. E, se assim não fosse o recorrente deveria ter se valido da impugnação ao edital para solicitar a alteração ou adequação deste item.

III – DA CONCLUSÃO

9. Por todo o exposto, com relação à solicitação acima, OPINO pelo **improvemento** do Recurso Administrativo.

Convenço-me de que o Pregoeiro acertou na sua decisão anteriormente proferida. Com efeito, a decisão do Pregoeiro é lícita e deve ser validada.

Isto posto, submetida à minha superior análise para final decisão, **DECIDO** no aspecto estritamente legal e sob a ótica do posicionamento estabelecido no Edital, bem como, amparo no parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura, pelo conhecimento do **recurso administrativo** interposto, e pelo **improvemento** do mesmo, tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie, mantendo-se a r. decisão recorrida que declarou vencedora no presente certame licitatório a empresa **SINCO SINALIZACAO E CONSTRUcoes, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** nos **lotes 01 e 02** e a empresa **TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI** no **lote 03**.

Diante do exposto, ordeno a publicação dessa decisão na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial: www.bebedouro.sp.gov.br, para a devida ciência de todos, em atendimento ao **item 16.3** do **Edital nº 10/2020** da presente licitação.

Por fim, em atendimento ao **parágrafo 5º**, do **artigo 109**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e ulteriores alterações, coloque-se os autos do processo licitatório com vista franqueada aos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura, situado à Praça José Stamato Sobrinho nº 45, Centro, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Bebedouro/SP., 27 de maio de 2020.

FERNANDO GALVÃO MOURA
PREFEITO MUNICIPAL